



**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCAIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

# ESTATUTOS SOCIAIS DO SINAF/AJU

SINDICATO DOS AUDITORES E FISCAIS DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

## ÍNDICE

### TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

#### Capítulo I – Sindicato

Seção I – Constituição (art. 1º a 4º)

Seção II – Prerrogativas e Deveres (art. 5º)

#### Capítulo II – Associados Direitos e Deveres (art. 6º a 10)

### TÍTULO II

DA ESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO SINDICATO

#### Capítulo I – Sistema Diretivo do Sindicato

Seção I – Sistema Diretivo do Sindicato (art. 11 a 13)

Órgão de Deliberação da Categoria – Assembleia Geral (art. 14 a 25)

#### Capítulo II – Administração e Representação

Seção I – Constituição da Diretoria Administrativa (art. 26 a 29)

Seção II – Competência e Atributos dos Membros (art. 31 a 37)

Seção III – Conselho Fiscal (art. 38 a 40)

Seção V – Comissão de Ética (art. 41)

Seção IV – Compete a Comissão de Ética (art. 42)

#### Capítulo III – Entidades de Grau Superior (art. 43 a 47)

### TÍTULO III

DO PROCESSO ELEITORAL

#### Capítulo I – membros do Sistema Diretivo

Seção I – Membro do Sistema Diretivo (art. 51 a 53)

Seção II – Eleitor (art. 54)

Seção III – Candidaturas, Inelegibilidades e Investiduras em Cargos do Sistema

Diretivo (art. 55 a 56)

Seção IV – Convocações das Eleições (art. 57)

#### Capítulo II – Coordenação do Processo Eleitoral (art. 58)

#### Capítulo III – Registro de Chapas

Seção I – Procedimentos (art. 59 a 66)

Seção II – Impugnação das Candidaturas (art. 67)

Seção III – Substituições (art. 68 a 69)

Seção IV – Voto secreto (art. 70 a 71)

#### Capítulo IV Seção Eleitoral de Votação

Seção I – Composição das Mesas Coletoras (art. 72 a 74)

Seção II – Coletas de Voto (art. 75 a 79)



*Bel. Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
e-mail: joaquim-rufino@hotmail.com



**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Capítulo V – Quórum (art. 80 a 81)

Capítulo VI – Sessão Eleitoral de Apuração de Votos

Seção I – Mesa Apuradora de Votos (art.82)

Seção II – Apuração (art. 83 a 88)

Capítulo VII – Anulação e Nulidade do processo Eleitoral – Vacância administrativa (art. 89 a 92)

Capítulo VIII – Material Eleitoral (art. 93)

Capítulo IX – Recursos (art. 94 a 95)

#### **TÍTULO IV**

#### **GESTÃO FINANCEIRA PATRIMONIAL**

Capítulo I – Orçamento (art. 96 a 105)

Capítulo II – Patrimônio (art. 106 a 109)

Capítulo III – Dissolução da entidade (art. 110)

#### **TÍTULO V**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

(art. 111)

#### **TÍTULO VI**

#### **DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS**

(Art. 112 a 114)



*Joaquim Rufino*  
**Bel. Joaquim Rufino**  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
Email: joaquim.rufino@hotmail.com

**SINAF**SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

**ESTATUTOS SOCIAIS DO SINAF/AJU**  
**SINDICATO DOS AUDITORES E FISCALIS DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU**  
Aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 04 de Agosto de 1992

TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I DO SINDICATO

SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º- O Sindicato dos Auditores e Fiscais de Tributos do Município de Aracaju, com sede e foro na cidade de Aracaju – SE, á Rua Pacatuba, 254, Edifício Paulo Figueiredo, Salas 601-602 – Centro – Aracaju – SE – CEP 49010-900, é o ente operativo do grupo ocupacional Fisco, constituído pelos Auditores e Fiscais de Tributos do Município de Aracaju, ativos e Inativos, de acordo com o Art. 8º da Constituição Brasileira de 05/10/88.

Art. 2º- O Sindicato é uma entidade classista, autônoma e democrática, que assume como princípio fundamental seu compromisso de luta pelos direitos do grupo ocupacional fisco, na defesa por melhores condições de vida e trabalho, assim como seu engajamento na manutenção das instituições democráticas brasileiras.

Art. 3º- O Sindicato desenvolve suas atividades de uma forma independente a qualquer esfera pública e de forma autônoma e em relação aos partidos políticos, aos credos religiosos e aos agrupamentos de natureza não sindical.

Art. 4º- São objetivos do Sindicato:

- I) Desenvolver, organizar e apoiar todas as ações que visem à conquista de melhores condições salariais e de trabalho para o conjunto da categoria;
- II) Lutar pela superação da estrutura sindical vigente, envidando todos os esforços para a implantação de sua organização baseada na liberdade e autonomia nas entidades;
- III) Promover a solidariedade entre os trabalhadores, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe;
- IV) Lutar pela emancipação dos trabalhadores e pela conquista dos seus interesses imediatos e históricos;
- V) Defender e colaborar com a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento mundial;
- VI) Lutar pela conquista e garantia das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais do homem consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU;
- VII) Defender e colaborar com a preservação da qualidade de vida e meio ambiente, principalmente na base territorial do Município de Aracaju.



*Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
e-mail: joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

## SEÇÃO II DAS PRERROGATIVAS E DEVERES

Art. 5º- Constituem prerrogativas do Sindicato:

- I) Substituir e representar os interesses gerais da sua categoria e interesses individuais dos seus associados em processos administrativos e judiciais nas instâncias competentes;
- II) Celebrar convenções e acordos coletivos;
- III) Manter negociações com a representação da categoria econômica, visando à obtenção de melhorias para a categoria profissional;
- IV) Eleger e designar os representantes da categoria profissional;
- V) Colaborar, com órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas relativos à sua categoria;
- VI) Criar e manter Biblioteca especializada em Direito Tributário e demais matérias de interesse e de publicação constante nos serviços atinentes ao Fisco, conforme suas necessidades;
- VII) Filiar-se à Federação do grupo e a outras organizações sindicais, de interesse dos trabalhadores, mediante a aprovação da Assembleia dos associados;
- VIII) Manter relações com as demais associações de categorias profissionais para a concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses nacionais;
- IX) Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, comerciais, profissionais e de comunicação.

## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 6º- Os servidores oriundos da Associação dos Servidores do Fisco do Município de Aracaju, abrangido pelo artigo primeiro deste Estatuto, são considerados sócio-fundadores e, portanto inscritos ex-officio.

Art. 7º- Os sócios fundadores que não desejarem fazer parte do sindicato deverão por inscrito, formularem a sua exclusão do quadro social, no prazo de 30 (trinta) dias da data da fundação do Sindicato.

Art. 8º- São direitos dos associados:

- I) Utilizar as dependências do Sindicato para atividades compreendidas neste Estatuto;
- II) Votar e ser votado em eleições de representações do Sindicato, respeitadas as determinações deste Estatuto;
- III) Gozar dos benefícios e assistência proporcionados pelo Sindicato;
- IV) Excepcionalmente, convocar assembleia geral, nos termos e condições previstos neste Estatuto.

Art. 9º- São deveres dos associados:



*Bel. Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
Email: joaquim-rufino@hotmail.com



**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

## SEÇÃO II DAS PRERROGATIVAS E DEVERES

Art. 5º- Constituem prerrogativas do Sindicato:

- I) Substituir e representar os interesses gerais da sua categoria e interesses individuais dos seus associados em processos administrativos e judiciais nas instâncias competentes;
- II) Celebrar convenções e acordos coletivos;
- III) Manter negociações com a representação da categoria econômica, visando à obtenção de melhorias para a categoria profissional;
- IV) Eleger e designar os representantes da categoria profissional;
- V) Colaborar, com órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas relativos à sua categoria;
- VI) Criar e manter Biblioteca especializada em Direito Tributário e demais matérias de interesse e de publicação constante nos serviços atinentes ao Fisco, conforme suas necessidades;
- VII) Filiar-se à Federação do grupo e a outras organizações sindicais, de interesse dos trabalhadores, mediante a aprovação da Assembleia dos associados;
- VIII) Manter relações com as demais associações de categorias profissionais para a concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses nacionais;
- IX) Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, comerciais, profissionais e de comunicação.

## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 6º- Os servidores oriundos da Associação dos Servidores do Fisco do Município de Aracaju, abrangido pelo artigo primeiro deste Estatuto, são considerados sócio-fundadores e, portanto inscritos ex-officio.

Art. 7º- Os sócios fundadores que não desejarem fazer parte do sindicato deverão por inscrito, formularem a sua exclusão do quadro social, no prazo de 30 (trinta) dias da data da fundação do Sindicato.

Art. 8º- São direitos dos associados:

- I) Utilizar as dependências do Sindicato para atividades compreendidas neste Estatuto;
- II) Votar e ser votado em eleições de representações do Sindicato, respeitadas as determinações deste Estatuto;
- III) Gozar dos benefícios e assistência proporcionados pelo Sindicato;
- IV) Excepcionalmente, convocar assembleia geral, nos termos e condições previstos neste Estatuto.

Art. 9º- São deveres dos associados:



*Rufino*  
**Bel. Joaquim Rufino**  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
Email: joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

- I) Pagar tempestivamente ou acusar a falta do desconto na folha de pagamento da mensalidade, a qual será equivalente a 5% da remuneração percebida a título de salário-base respectivo a cada associado, podendo este percentual ser alterado de acordo com o que estabelece este Estatuto;
- II) Exigir o cumprimento dos objetivos e determinações deste Estatuto e o respeito por parte da Diretoria, às decisões das Assembleias Gerais;
- III) Zelar pelo patrimônio e serviços do sindicato, cuidando de sua correta aplicação;
- IV) Comparecer às reuniões e assembleias convocadas pelo Sindicato.

Art. 10 - Os associados estão sujeitos às penalidades de suspensão e de eliminação do quadro social, quando cometerem desrespeito aos Estatutos e decisões do Sindicato, bem como de fatos ou atos que venham a denegrir a categoria.

1º- A apreciação da falta cometida pelo associado deverá ser realizada por uma comissão de ética, na qual o associado terá direito de defesa, sendo que a comissão remeterá relatório circunstanciado, com a propositura de penalidade, se for o caso, para Assembleia Geral, que apreciará e dará o veredicto definitivo.

## TÍTULO II DA ESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO SINDICATO

### CAPÍTULO I DO SISTEMA DIRETIVO DO SINDICATO

#### Seção I SISTEMA DIRETIVO

Art. 11 - Constituem o sistema diretivo do Sindicato os seguintes órgãos:

- I) Assembleia Geral
- II) Diretoria Administrativa
- III) Conselho Fiscal

Art. 12 - A assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para este fim, elegerá em processo eleitoral único previsto neste Estatuto todos os membros do sistema diretivo mencionado nos itens II e III do artigo anterior.

Art. 13 - É assegurado ao Presidente a partir de sua investidura no cargo a dispensa da produtividade fiscal e o recebimento da remuneração integral.

1º- Para o gozo do direito previsto neste artigo, fica o Presidente obrigado a apresentar relatório escrito mensal de sua atividade sindical à categoria, ficando-se como data-limite para a apresentação o último dia útil do mês.

2º- A não apresentação do referido relatório por dois meses consecutivos ou três meses alternados, implica na perda do direito especificado no caput deste artigo.



*Joaquim Rufino*  
Bel. **Joaquim Rufino**  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (75) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
e-mail: joaquim\_rufino@hotmail.com



**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

DO ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO DA CATEGORIA  
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 - As Assembleias Gerais serão soberanas em suas resoluções não contrárias as leis e ao Estatuto vigente.

Art. 15 - A forma de deliberação das Assembleias Gerais será escolhida de acordo com a decisão da maioria simples dos presentes, exceto as Assembleias Gerais Ordinárias eleitorais, que deverá se dar através de escrutínio com votação direta e secreta e das Assembleias Gerais convocadas para julgamento da perda do mandato de Membro do Conselho Diretor, que para sua consecução será necessário que estejam presente 2/3 (dois terços) dos associados.

Art. 16 - As Assembleias Gerais serão sempre convocadas com fins específicos.

Parágrafo Único - Nada obsta que as Assembleias Gerais convocadas com fins específicos tratem de outros assuntos gerais.

Art. 17 - Na ausência de regulação diversa e específica o quórum para deliberação das Assembleias Gerais será sempre de maioria simples dos associados presentes.

Art. 18 - A Assembleia Geral eleitoral e a Assembleia Geral que implique em alienação patrimonial serão processadas na conformidade de regulação própria deste Estatuto.

Art. 19 - São consideradas ordinárias as Assembleias gerais de apreciação de balanço patrimonial e financeiro e de previsão orçamentária e a eleitoral, as demais serão consideradas extraordinárias.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais de apreciação do balanço patrimonial financeiro e a de previsão orçamentária serão realizadas, aos meses de março e novembro de cada ano.

Art. 20 - A Assembleia Geral Ordinária será realizada bienalmente, na conformidade de título III deste Estatuto.

Art. 21 - Na ausência de regulação diversa e específica, as Assembleias Gerais serão sempre convocadas.

- I) Pelo presidente do sindicato
- II) Pela maioria da Diretoria Administrativa
- III) Pelo Conselho Fiscal

Art. 22 - As Assembleias Gerais extraordinárias, esgotando o prazo legal de sua realização poderão ser convocadas pelos associados, em número de 10 (dez), os quais especificarão os motivos da convocação e assinarão o respectivo edital.

Art. 23 - As Assembleias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas por 10% (dez por cento) dos associados, os quais especificarão os motivos da convocação e assinarão o respectivo edital.



*Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
mail: joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCAIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Art. 24 - Nenhum motivo poderá ser alegado pelos administradores da entidade para frustrar a realização da Assembleia convocada nos termos deste Estatuto.

Parágrafo Único - O Edital da convocação deverá ser publicado pela Diretoria do Sindicato, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias do recebimento da solicitação do (s) associado (s), o qual definirá a data da realização da Assembleia entre 5 (cinco) e 15 (quinze) dias da sua publicação.

Art. 25- Salvo regulação diversa e específica, a convocação das Assembleias Gerais far-se-á da seguinte forma:

- I) Afixação de edital de convocação na sede da entidade e no caso de convocação por associado, o edital poderá ser afixado nos seus locais de trabalho;
- II) Publicação do edital de convocação nos órgãos oficiais de comunicação do Sindicato ou, na impossibilidade, em jornal de grande circulação, que atinja, no máximo 50% (cinquenta por cento) da base eleitoral da entidade

Parágrafo Único- No caso de convocação por associado, o edital de convocação a ser publicado poderá ser assinado por um associado, fazendo-se menção ao número de assinaturas apostas no documento.

## CAPÍTULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

#### SEÇÃO I

#### CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 26 - A administração do Sindicato será exercida por uma diretoria composta por 7 (sete) membros de forma gratuita eleita bienalmente e fiscalizada por um Conselho Fiscal, nos termos deste Estatuto.

Art. 27 - Compõem a Diretoria Administrativa as seguintes pastas:

- I) Presidência;
- II) Vice- Presidência;
- III) Secretaria Geral;
- IV) Tesouraria;
- V) Diretoria de Assistência Social;
- VI) Diretoria de Recreação, Divulgação e Imprensa;
- VII) Diretoria de Estudos e Pareceres.

§ 1º - Será permitido a reeleição para qualquer membro da Diretoria, no mesmo cargo, apenas por uma vez consecutiva, observando-se o critério que assegura a renovação de pelo menos, 1/3 (um terço), de seus membros, em cada mandato;

§ 2º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, por convocação do Presidente, ou proposta por 2/3 (dois terços) de seus membros;



*Bel. Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

§ 3º - A Diretoria reunir-se-á com a presença mínima da maioria de seus membros;

§ 4º - Perderá o mandato automaticamente, o membro da Diretoria que, sem motivo justificado e previamente comunicado por escrito, salvo por motivo de força maior, deixar de comparecer, sucessivamente a quatro (04) reuniões ordinárias, ou a 8 (oito) extraordinárias.

Art. 28 - As vagas que se verificarem na Diretoria, salvo as substituições de direito, serão preenchidas por associados, indicados pela Presidência com a aprovação do Conselho Fiscal e ratificados em Assembleia Geral ou Extraordinária.

Art. 29 - Na hipótese de renúncia coletiva da Diretoria, esta será apresentada a Assembleia Geral, que elegerá uma junta governativa de 03 (três) membros, que administrará o Sindicato até a eleição da nova Diretoria a ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias da renúncia.

## SEÇÃO II

### COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 30 - Compete à Diretoria Administrativa:

- I) Representar o Sindicato e defender os interesses da entidade, perante o Poder Público podendo, a Diretoria, nomear mandatário por procuração;
- II) Fixar em conjunto com os demais órgãos do sistema diretivo, as diretrizes gerais da política sindical a ser desenvolvida;
- III) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da categoria representada;
- IV) Gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações da categoria representada;
- V) Analisar e divulgar, trimestralmente, relatórios financeiros da tesouraria;
- VI) Garantir a filiação de qualquer integrante da categoria, sem distinção de raça, cor, religião, sexo, origem ou opção política, observando apenas as determinações deste Estatuto;
- VII) Representar o Sindicato no estabelecimento de negociação e de dissídios coletivos;

Parágrafo Único - A Diretoria poderá nomear mandatário, funcionário do Sindicato, por instrumento de procuração se for o caso, para o desempenho de funções técnicas, burocráticas ou administrativas da entidade.

## SEÇÃO III

### COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 31 - Ao presidente compete:

- I) Representar formalmente o Sindicato, sempre que possível;
- II) Convocar e presidir as reuniões da diretoria, do Plenário, do Sistema Diretivo e de Assembleia Geral;
- III) Assinar as atas, documentos e papéis que dependem de sua assinatura e rubricar os livros contábeis e burocráticos;
- IV) Pôr sua assinatura em cheques e outros títulos, juntamente com o tesoureiro;



*Rubino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
Email: joaquim-rufino@hotmail.com



**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

- V) Coordenar e orientar a aplicação do plano anual de ação sindical, juntamente as delegacias Sindicais;
- VI) Promover e viabilizar a formação de comissão de ética bem como a indicação dos seus membros, quando da necessidade.

Art. 32- Ao Vice-presidente compete:

- I) Substituir o Presidente em seus impedimentos;
- II) Realizar o trabalho de assessoramento político-sindical junto aos demais membros da diretoria Administrativa.

Art. 33 - Ao Secretário Geral compete:

- I) Implementar a Secretaria Geral;
- II) Coordenar a elaboração e zelar pela execução do plano anual de ação sindical;
- III) Secretariar as reuniões da Diretoria, e das Assembleias Gerais;
- IV) Manter sob seu controle e atualizadas as correspondências, as atas e o arquivo do Sindicato;
- V) Elaborar relatórios e balancetes sobre a situação financeira do Sindicato, e apresentá-los mensalmente a Diretoria Administrativa.

§ 1º- O plano de ação deverá conter entre outros:

- I) As diretrizes gerais a serem seguidas pelo Sindicato;
- II) As prioridades, orientações e metas a serem seguidas a curto e médio e longo prazo pelo conjunto do sistema diretivo e departamentos do Sindicato;

§ 2º- O plano de ação, após aprovado por maioria simples da Diretoria, será submetido à aprovação do Plenário do Sistema Diretivo.

Art. 34 - Ao tesoureiro compete:

- I) Zelar pelas finanças do Sindicato;
- II) Ter sob seu comando e responsabilidade os setores de tesouraria e contabilidade do Sindicato;
- III) Propor e coordenar a elaboração e a execução do plano orçamentário anual bem como suas alterações, a ser aprovado pela Diretoria Administrativa, submetido ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;
- IV) Elaborar relatórios e balancetes sobre a situação financeira do Sindicato e apresentá-los mensalmente a Diretoria Administrativa;
- V) Elaborar o balanço patrimonial anual que será submetido à aprovação da Diretoria, Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;
- VI) Assinar, com o presidente os cheques e outros títulos de créditos em nome desta entidade;
- VII) Ter sob sua responsabilidade a guarda e a fiscalização dos valores numéricos do Sindicato, bem como dos documentos e convênios atinentes à sua pasta;
- VIII) A arrecadação e o recebimento de numerários e de contribuições de qualquer natureza, inclusive doações e legados.



Bel. *Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Parágrafo Único - O plano orçamentário deverá conter entre outros:

- I) Orientações Gerais a serem seguidas pelo conjunto do sistema diretivo e pelos departamentos do Sindicato;
- II) A previsão das receitas e despesas para o período.

Art. 35 - Ao diretor de Assistência Social compete:

- I) Ter sob seu comando e responsabilidade o setor de saúde e seus correlatos;
- II) Fiscalizar as relações de trabalho entre a categoria e o governo, pagando contra a falta de higiene, segurança e saúde do trabalho.

Art. 36 - Ao Diretor de Recreação, Divulgação e Imprensa compete:

- I) Executar atividades culturais, desportivas e de lazer;
- II) Zelar pela busca e divulgação de informações;
- III) Ter sob seu comando e responsabilidade os setores de imprensa, comunicação, publicidade e parque gráfico do Sindicato;
- IV) Manter a publicação e a distribuição dos órgãos informativos do Sindicato.

Art. 37- Ao diretor de Estudos e Pareceres:

- I) Implantar o setor jurídico e tê-lo sob seu comando e responsabilidade;
- II) Manter estreito relacionamento com o advogado do Sindicato;
- III) Formular pareceres e estudos sobre questões fiscais solicitados de interesse geral;
- IV) Planejar, executar e avaliar atividades extra-fiscais, com cursos, seminários e eventos;
- V) Coordenar a elaboração de cartilhas, documentos e outras publicações relacionadas à área de atuação;
- VI) Promover o assessoramento à Diretoria através de elaboração de sinopse e apresentação de análises de conjuntura.

#### SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 38- O Conselho Fiscal será composto de três membros, com igual número de suplentes.

Art. 39- Compete ao Conselho Fiscal a Fiscalização da gestão financeira e patrimonial e administrativa da entidade.

Art. 40 - O parecer do Conselho Fiscal sobre o plano orçamentário anual sobre os balanços financeiros e patrimoniais, deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Geral convocada para esse fim, nos termos deste Estatuto.

§ 1º- O Conselho Fiscal reunir-se-á entre si, ordinariamente a cada trimestre do seu mandato e, mensalmente com a Diretoria Administrativa.



*Bel. Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
joaquim-rufino@gmail.com  
8



**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

§ 2º- Perderá o mandato automaticamente o membro do Conselho Fiscal, que sem motivo justificado deixar de comparecer, sucessivamente a 3 (três) reuniões mensais e a 2 (duas) bimestrais.

## SEÇÃO V

### DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 41- A Comissão de ética será constituída por 3 (três) associados, designados pelo Presidente do Sindicato.

§ 1º- Em sua primeira reunião, os membros escolherão o Presidente da comissão.

§ 2º- Será permitida a prorrogação de tempo para a conclusão dos trabalhos determinados, que não poderá ser superior ao prazo inicial estabelecido.

§ 3º- As deliberações da Comissão serão tomadas pela maioria dos membros.

## SEÇÃO IV

### Art. 42- COMPETE A COMISSÃO DE ÉTICA:

- I) Através de denúncias da Diretoria, apreciar faltas e fatos cometidos por associados do Sindicato, que tenham infringido os Estatutos ou concorreram para denegrir a imagem da categoria;
- II) Propor e encaminhar para apreciação da Assembleia Geral, relatório circunstanciado, com propositura de penalidade se for o caso, para o associado infrator;
- III) Proporcionar ampla defesa ao associado acusado.

Parágrafo Único - A Comissão de ética extinguir-se-á logo após a conclusão dos trabalhos para os quais foi formada, sendo constituída quando de nova necessidade.

## CAPÍTULO III

### DAS ENTIDADES DE GRAU SUPERIOR

Art. 43- Tendo em vista a comunhão de interesse de classes e o fortalecimento da organização da classe trabalhadora, o SINAF/AJU poderá buscar vinculação (política e orgânica) junto à entidade de grau superior.

Art. 44 - Compete aos associados decidir sobre a respectiva forma de filiação e contribuição financeira à entidade superior, através de Assembleia Geral especificamente convocada para esse fim.

Art. 45 - Uma vez decidida a filiação, competirá ao sistema diretivo do Sindicato desenvolver a política geral estabelecida pela entidade à qual o Sindicato se filiou.



*Rufino*  
Rel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
(73) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Art. 46 - O Sindicato promoverá todo apoio possível, no sentido de implantar a política e desenvolver as campanhas estabelecidas pela entidade superior.

Art. 47 - O Sindicato buscará a participação de entidade superior nas campanhas salariais e negociações coletivas, visando conquistar a celebração do contrato coletivo de trabalho, a nível geral e específico.

## CAPÍTULO IV

### DA PERCA MANDATO DOS MEMBROS DO SISTEMA DIRETIVO

Art. 48 - Os membros do Sistema Diretivo, instruídos nos termos do artigo deste Estatuto, perderão os mandatos, além das faltas consecutivas mencionadas neste Estatuto, quando da ocorrência dos seguintes fatos:

- I) Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II) Grave violação deste Estatuto;
- III) Assumir cargo de confiança na esfera da Administração Municipal.

Art. 49- Será assegurado ao acusado amplo direito de defesa, após conhecimento por escrito da denúncia, tendo o prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação, para apresentar sua defesa por escrito se assim o desejar, protocolando-a na Secretaria Geral da entidade.

Art. 50- A decisão final da perda do mandato, caberá a Assembleia Geral convocada para este fim, no período máximo de 30 dias a contar da denúncia, ou de 10 dias, quando da apresentação da defesa escrita.

§ 1º- Por ocasião da Assembleia Geral, será assegurado ao acusado, ampla oportunidade de se pronunciar a respeito, pessoalmente ou através de representante legal.

§ 2º- Após a deliberação final da Assembleia, será amplamente divulgada a decisão soberana, para as providências legais, se for o caso.

## TÍTULO III

### DO PROCESSO ELEITORAL

#### CAPÍTULO I

##### SEÇÃO I

### DOS MEMBROS DO SISTEMA DIRETIVO

Art. 51 - Os membros dos órgãos que compõem o Sistema Diretivo do Sindicato, previstos no artigo 11 itens II e III, serão eleitos em Assembleia Geral ordinária da categoria, em processo



*Bel. Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
Email: joaquim-rufino@hotmail.com



**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCAIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

eleitoral único, bienalmente, de conformidade com os dispositivos legais e determinações do presente Estatuto.

Art. 52 - As eleições de que se trata o artigo anterior serão realizadas dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias e no mínimo de 30 (trinta) dias que antecederem o término dos mandatos respectivos.

Art. 53 - Será garantida por todos os meios democráticos, a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade às chapas concorrentes.

## SEÇÃO II

### DO ELEITOR

Art. 54 - É eleitor todo associado que na data da eleição tiver:

- I) Mais de 30 (trinta) dias de inscrição social;
- II) Quitado as mensalidades até 30 (trinta) dias antes das eleições;
- III) Estiver no gozo dos direitos sociais conferidos neste Estatuto.

## SEÇÃO III

### CANDIDATURAS, INELEGIBILIDADE E INVESTIDURAS EM CARGOS DO SISTEMA DIRETIVO

Art. 55 - Poderá ser candidato associado que, na data da realização da eleição em primeira votação, tiver mais de 360 (trezentos e sessenta) dias de inscrição no quadro social do Sindicato, estiver em dias com as mensalidades sindicais, quer esteja ativo ou inativo.

Art. 56 - Será inelegível bem como fica vedado de permanecer no exercício de cargos de administração sindical.

- I) Não tiver definitivamente aprovadas as suas contas em função de exercícios de cargos de administração sindical;
- II) Houver lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical, comprovado por sentença condenatória transitada em julgado;
- III) Houver sido condenado, judicialmente, por crimes contra os direitos humanos, os patrimônios públicos e privados e o meio ambiente;
- IV) Exerça ou venha a exercer cargo de confiança na esfera da Administração Municipal.

Parágrafo Único - Estando em curso o processo quando no período de inscrição, o associado candidatar-se-á, e se eleito, perderá o mandato, na forma do artigo 41 deste Estatuto, caso seja condenatória e transitada em julgada a sentença.

Art. 57 - As eleições serão convocadas por edital, com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 50 (cinquenta) dias contados da data da realização do pleito.



*Bel. Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

§ 1º- Cópia do edital a que se refere este artigo deverá ser afixada na sede do Sindicato e, se possível pelo menos uma vez, em jornal de grande circulação no Estado de Sergipe;

§ 2º- O edital de convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente.

- I) Data, horário e local de votação;
- II) Prazo para registro de chapas em horário de funcionamento da secretaria.

## CAPÍTULO II

### DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 58- O processo Eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão eleitoral composta de associados designados pela Presidência acrescida por um representante de cada chapa registrada.

§ 1º- A comissão eleitoral, na primeira reunião elegerá o seu presidente;

§ 2º- A indicação de um representante de cada chapa para compor a comissão eleitoral far-se-á no ato do encerramento do prazo para registro de chapas;

§ 3º- As decisões da comissão eleitoral serão tomadas por maioria simples de votos;

§ 4º- Fica vedada a participação de membros da diretoria e integrantes de chapa na comissão eleitoral;

§ 5º - O mandato da comissão eleitora extinguir-se-á com a posse da nova diretoria;

## CAPÍTULO III

### DO REGISTRO DAS CHAPAS

#### SECAO I

#### PROCEDIMENTOS

Art. 59 - O prazo para registro de chapas será de 20 dias corridos, contados da data da publicação do edital de convocação dos eleitos.

Paragrafo Único - O registro de chapas far-se-á junto à comissão eleitora, em horário de expediente normal, que fornecerá imediatamente, recibo da documentação apresentada;

Art. 60 - o requerimento de registro de chapas poderá ser assinado por dois (02) quaisquer dos candidatos que as integram e será endereçada a comissão eleitoral em duas vias, instruído com os seguintes documentos;

- I) Relação dos integrantes da chapa, especificando seus nomes e os cargos que concorrerão;
- II) O Nome da chapa que servirá para sua identificação durante o período da campanha



*Bel. Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
joaquim-rufino@hotmail.com

**SINAF**SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

eleitoral;

Art. 61 - será recusado o registro de chapas que não apresentarem, no mínimo (13) treze candidatos entre efetivos e suplentes, distribuídos entre a Diretoria Administrativa 07 (sete), o conselho fiscal 06 (seis).

Paragrafo Único - Verificando-se irregularidades na documentação apresentadas a comissão eleitoral notificará o interessado para que promova a correção no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de recusa de seu registro.

Art. 62 - No encerramento do prazo para registro de chapas, a comissão providenciará a imediata lavratura da ata correspondente, consignando em ordem de recebimento da inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos efetivos e suplentes, entregando cópias aos representantes das chapas inscritas.

Art. 63 - No prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do encerramento do prazo final de registro, a comissão eleitoral fará publicar a relação nominal das chapas registradas pelo mesmo modo utilizado para o edital de convocação de eleição e declarará aberto o prazo de 03 (três) dias para a impugnação.

Art. 64 - Ocorrendo renúncia formal de candidato após o registro da chapa, a comissão eleitoral afixará cópia desse pedido em quadro de aviso, para conhecimento dos associados.

Paragrafo Único - A chapa em que fizerem parte os candidatos renunciantes deverá substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os candidatos por outros, abrindo a comissão eleitoral novo prazo, de que trata o artigo 63.

Art. 65 - Encerrando o prazo em que tenha havido registro de chapa a comissão eleitoral, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, providenciará nova convocação eleitoral.

Art. 66 - A relação dos associados em condições de votar será elaborada até 15 (quinze) dias da data da eleição, e será no mesmo prazo afixado em local de fácil acesso na sede do Sindicato para consulta de todos os interessados e fornecidos a um representante de cada chapa registrada, mediante requerimento a comissão eleitoral.

Paragrafo Único - Até 48 (quarenta e oito) horas da data das eleições, será assegurado a todos os associados o direito de impugnar ou incluir qualquer nome na relação de eleitores, junto a comissão eleitoral.

## SEÇÃO II

### IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 67 - O prazo de impugnação de candidaturas é de 03 (três) dias contados da publicação da relação nominal das chapas registradas.

§ 1º - A impugnação, que somente poderá versar sobre as causas de inelegibilidade previstas neste Estatuto, será proposta através de requerimento fundamentado, dirigido à

Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
joaquim-rufino@hotmail.com







comissão eleitoral e entregue, contra-recibo, na secretaria, por associados em pleno gozo de seus direitos sindicais;

§ 2º - No encerramento do prazo de impugnação lavrar-se-á o competente termo de encerramento, em que serão consignadas as impugnações propostas, destacando-se nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados;

§ 3º - Cientificado oficialmente, o candidato impugnado terá o prazo de 02 (dois) dias para apresentar suas contra-razões, instruindo o processo a comissão eleitoral decidirá sobre a procedência ou não da impugnação, até 07 (sete) dias antes da realização das eleições;

§ 4º - Decidido pelo acolhimento da impugnação, a comissão eleitoral providenciará, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- I) A afixação da decisão no Quadro de Avisos para reconhecimento de todos os interessados;
- II) Notificação ao candidato a presidente ou, em sua ausência, a qualquer indivíduo que integre a chapa do impugnado.

### SEÇÃO III SUBSTITUIÇÕES

Art. 68 - Julgada improcedente a candidatura, o candidato presidente ou na sua ausência, qualquer dos outros membros da Chapa, disporá de 03 (três) dias, contados da data da publicação da decisão pela comissão eleitoral, para apresentar novos nomes em substituição aos impedidos.

Parágrafo único - O registro dos substitutos atenderá aos mesmos requisitos dos candidatos substituídos, obedecendo às disposições da Seção I, do presente capítulo deste Estatuto.

Art. 69 - Por motivo de falecimento, moléstia grave ou afastamento voluntário do grupo FISCO, ou qualquer outro caso de força maior que torne impossível a candidatura, a representação da chapa poderá registrar dentro de 48 (quarenta e oito) horas que antecedem a realização do pleito, candidatos substitutos, sob o mesmo procedimento formal estabelecido neste Estatuto.

### SECAO IV

### VOTO SECRETO

Art. 70 - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

- I) Uso da cédula única contendo todas as chapas registradas;
- II) Isolamento do eleitor em cabine indevassável para o ato de votar;
- III) Verificação de autenticidade da cédula única à vista das rubricas dos membros da mesa coletora;
- IV) Emprego de urna que assegure a individualidade do voto.



*Bel. Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
9916-9660 (whatsapp)  
aquim-rufino@gmail.com



**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Art. 71 - A cédula única contendo todas as chapas registradas será confeccionada em papel em branco, opaco e absorvente com tinta preta e tipos uniformes.

§ 1º - A cédula única deverá ser confeccionada de maneira tal que dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la;

§ 2º - Os nomes das chapas registradas serão distribuídos no anverso da cédula eleitoral de acordo com a ordem admitida mediante sorteio realizado pela comissão eleitoral;

§ 3º - A relação das chapas com seus respectivos candidatos e suplentes será afixada em todas as cabines de votação.

## CAPÍTULO IV

### DA SECAO ELEITORAL DE VOTAÇÃO

#### SEÇÃO I

##### Composição das Mesas Coletoras

Art. 72 - As mesas coletoras de votos funcionarão sob exclusiva responsabilidade de um coordenador e mesários, indicados partidariamente pelas chapas concorrentes, designadas pela comissão eleitoral até 03 (três) dias antes das eleições.

§ 1º - Cada chapa concorrente fornecerá à comissão eleitoral com antecedência mínima de 05 (cinco) dias em relação à data de realização da eleição nomes de pessoas para composição das mesas coletoras.

§ 2º - Poderão ser instaladas mesas coletoras, além de ir à Sede Oficial, nas Delegacias Sindicais e nos locais de trabalho, a juízo Comissão Eleitoral.

§ 3º - Os trabalhos de cada mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscal designado pelos candidatos escolhidos entre os associados, na proporção de 01 (um) fiscal por chapa registrada.

Art. 73- Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras;

- I) Os candidatos, seus cônjuges e parentes ainda que por afinidade, até 2º grau inclusive;
- II) Os membros da Administração do Sindicato.

Art. 74 - Os mesários substituirão o coordenador da mesa coletora de que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 1º - Todos os membros da mesa coletora deverão estar presentes da abertura durante e ao encerramento da votação, salvo por motivos de força maior;



*Bel. Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
j.joaquim@hotmail.com





**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Art. 71 - A cédula única contendo todas as chapas registradas será confeccionada em papel em branco, opaco e absorvente com tinta preta e tipos uniformes.

§ 1º - A cédula única deverá ser confeccionada de maneira tal que dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la;

§ 2º - Os nomes das chapas registradas serão distribuídos no anverso da cédula eleitoral de acordo com a ordem admitida mediante sorteio realizado pela comissão eleitoral;

§ 3º - A relação das chapas com seus respectivos candidatos e suplentes será afixada em todas as cabines de votação.

## CAPÍTULO IV

### DA SECAO ELEITORAL DE VOTAÇÃO

#### SEÇÃO I

##### Composição das Mesas Coletoras

Art. 72 - As mesas coletoras de votos funcionarão sob exclusiva responsabilidade de um coordenador e mesários, indicados partidariamente pelas chapas concorrentes, designadas pela comissão eleitoral até 03 (três) dias antes das eleições.

§ 1º - Cada chapa concorrente fornecerá à comissão eleitoral com antecedência mínima de 05 (cinco) dias em relação à data de realização da eleição nomes de pessoas para composição das mesas coletoras.

§ 2º - Poderão ser instaladas mesas coletoras, além de ir à Sede Oficial, nas Delegacias Sindicais e nos locais de trabalho, a juízo Comissão Eleitoral.

§ 3º - Os trabalhos de cada mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscal designado pelos candidatos escolhidos entre os associados, na proporção de 01 (um) fiscal por chapa registrada.

Art. 73- Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras;

- I) Os candidatos, seus cônjuges e parentes ainda que por afinidade, até 2º grau inclusive;
- II) Os membros da Administração do Sindicato.

Art. 74 - Os mesários substituirão o coordenador da mesa coletora de que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 1º - Todos os membros da mesa coletora deverão estar presentes da abertura durante e ao encerramento da votação, salvo por motivos de força maior;



*Bel. Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
j.joaquim@hotmail.com



**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

§ 2º - Não comparecendo o coordenador da mesa coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação assumirá a coordenação do primeiro mesário e na falta ou impedimento, o segundo mesário e assim sucessivamente;

§ 3º - As chapas concorrentes poderão designar dentre as pessoas presentes e observados impedimentos do Art. 73, os membros que forem necessários para completar mesa coletora.

## SEÇÃO II

### COLETAS DE VOTO

Art. 75 - Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora, os seus membros, os fiscais designados e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Parágrafo Único - Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coletora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação.

Art. 76 - Os trabalhadores eleitorais de uma mesa coletora terão da duração mínima de 06 (seis) horas contínuas, observadas sempre as horas de início e de encerramento previstas no edital de convocação.

Parágrafo Único - Os trabalhadores de votação só poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votado todos os eleitores constantes a falta de votação;

Art. 77 - Os eleitores cujos votos foram impugnados, os associados cujos nomes não constarem da lista de votantes assinando lista própria, votarão em separado.

Parágrafo Único - O voto em separado será tomado da seguinte forma:

- I) Os membros da mesa coletora entregarão ao eleitor sobre carta apropriada, para que ele, na presença da mesa, nela coloque cédula que assinalou, colando sobrecarta;
- II) O coordenador da mesa coletora anotará no verso da sobrecarta as razões da medida e o nome do eleitor para posterior decisão da mesa apuradora, por maioria simples.

Art. 78 - São documentos válidos para identificação do eleitor:

- I) Carteira de identidade;
- II) Certificado de reservista;
- III) Carteira de associado do Sindicato;
- IV) Carteira funcional.

Art. 79 - A hora determinada no edital para encerramento da votação havendo no recinto eleitores a votar serão convidados em voz alta a fazerem entrega aos membros da mesa coletora do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor e caso não haja mais eleitor a votar serão encerrados os trabalhos.



*Bel. Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
(79) 3211-2458 / 99982-1113  
9916-9660 (whatsapp)  
aquim@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

§1º - Encerrados os trabalhos da votação, a urna será lacrada com aposição de tiras de papel gomado, rubricadas pelos membros da mesa e pelos fiscais. As urnas devem ser lacradas sempre que forem transportadas.

§2º - Em seguida, o coordenador fará lavrar ata, que será também assinada pelos mesários e fiscais, registrando a data e a hora do início e do encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos associados em condições de votar, o número de votos em separado, se os houver, bem como, resumidamente os protestos apresentados. A seguir, o coordenador da mesa coletora fará entrega ao presidente da mesa apuradora, mediante recibo de todo material utilizando durante a votação.

## CAPÍTULO V

### DO QUORUM

Art. 80 - A eleição do Sindicato só será válida se participarem da votação mais de 50% (cinquenta por cento) dos associados com capacidade para votar. Não sendo obtidos este quórum o presente da mesa apuradora encerrará a eleição e sobrecartas sem as abrir, notificando em seguida a comissão eleitoral para que esta promova nova eleição nos termos do edital no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Não sendo, ainda desta votação, atingindo o quórum, o presidente da mesa notificará, novamente, a comissão eleitoral, para que esta promova a terceira e última eleição, dentro de 10 (dez) dias, a qual será válida com a participação de qualquer número dos associados com capacidade para votar.

§ 2º - Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no parágrafo primeiro, apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderão concorrer às subsequentes;

§ 3º - Só poderão participar da eleição em segunda e terceira convocações os eleitores que se encontravam em condições de exercer o voto na primeira convocação.

Art. 81 - Havendo apenas uma chapa inscrita, o quórum exigido para validade da eleição será de 30% (trinta por cento) dos associados com capacidade para votar.

## CAPÍTULO VI

### DA SESSÃO ELEITORAL DE APURAÇÃO DOS VOTOS

#### SEÇÃO I

##### MESA APURADORA DE VOTOS

Art. 82 - A sessão eleitoral de apuração será instalada em local estipulado no Edital das Eleições sob a presidência do presidente da Comissão Eleitoral, que receberá as atas de instalação e encerramento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e as urnas devidamente lacradas e rubricadas pelos mesários e fiscais.



*Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
Email: joaquim-rufino@hotmail.com



**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Parágrafo Único - A mesa apuradora de votos será composta de escrutinadores indicados em igual número pelas chapas concorrentes, ficando assegurado o acompanhamento nos trabalhos pelos fiscais designados na proporção de um por chapa de cada mesa.

## SEÇÃO II

### APURACAO

Art. 83 - Na contagem das cédulas de cada urna, o presidente verificará se o seu número coincide com o da lista de votantes.

Parágrafo Único - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinarem a respectiva lista, far-se-á apuração.

Art. 84 - Ocorrendo empate na votação, ganhará o pleito, a chapa em que o membro candidato a presidência tiver:

- 1º - Maior tempo no Grupo Ocupacional Fisco.
- 2º - Maior idade.

Art. 85 - Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver qualquer maioria de votos, desde que não seja inferior ao número de votos em branco ou nulo. Ato contínuo fará lavrar a ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:

- I) Dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
- III) Local ou locais onde funcionaram as mesas coletoras com nomes dos respectivos componentes;
- IV) Resultado da urna apurada, especificando-se o número de votantes, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em brancos e votos nulos;
- V) Número total de eleitores que votaram;
- VI) Resultado geral da apuração;
- VII) Proclamação dos eleitos.

§ 2º - A ata geral da apuração será assinada pelos componentes da mesa apuradora e pelos fiscais.

Art. 86 - Se o número de votos da urna anulada for superior à diferença entre as duas chapas mais votada, não haverá proclamação de eleitos pela mesa apuradora, cabendo à comissão eleitoral realizar novas eleições, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 87 - A fim de assegurar a eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda do presidente da mesa apuradora, até a proclamação final do resultado da eleição.



Bel. *Joaquim Rufino*  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
e-mail: joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCAIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Art. 88 - A comissão eleitoral deverá comunicar por escrito à Secretaria do Planejamento e Finanças do Município de Aracaju, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), a eleição, bem como a data de posse dos Servidores eleitos.

## CAPITULO VII

### DA ANULACAO E DA NULIDADE DO PROCESSO ELEITORAL - DA VACÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 89 - Será anulada a eleição, quando, mediante recurso formulado nos termos deste Estatuto, ficar comprovado:

- I) Que foi realizado em dia, hora e locais diversos dos designados no edital de convocação, ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada, sem que hajam votados todos os eleitores constantes da folha de votação;
- II) Que foi preterida quaisquer das formalidades essenciais estabelecidas neste Estatuto;
- III) Que não foi cumprido quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste Estatuto;
- IV) Que ocorreu vício ou fraude que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.

Parágrafo Único - A anulação do voto não implicará a anulação da urna em que a ocorrência se verificar e de igual forma, a anulação de urna importará na anulação da eleição, se o número de votos for igual ou superior ao da diferença final entre as duas chapas mais votada.

Art. 90 - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe tenha dado causa, e nem aproveitará ao seu responsável.

Art. 91 - Anuladas as eleições no Sindicato, outras serão convocadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

Art. 92 - Finda a vigência do mandato sem a proclamação da chapa eleita, o sistema diretivo convocará Assembleia Geral Extraordinária para fim específico que, com qualquer quórum, elegerá uma comissão diretiva provisória, com o encargo único de convocar novo processo eleitoral, nos termos deste Estatuto, para o período mínimo de 10 (dez) e máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - À comissão diretiva provisória será plenamente vedado contrair despesas extraordinárias, não previstas no orçamento em vigor.

## CAPITULO VIII

### DO MATERIAL ELEITORAL

Art. 93 - A comissão eleitoral incumbe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral em duas vias, constituída a primeira dos documentos originais.



*Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
e-mail: joaquim@...@hotmail.com

**SINAF**SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

São peças essenciais do processo eleitoral:

- I) Edital, folha de jornal, boletim do Sindicato que publicaram o edital de convocação da eleição;
- II) Cópias dos requerimentos dos registros de chapas e as respectivas fichas de qualificação individual de candidatos;
- III) Exemplar do jornal que publicou a relação nominal das chapas registradas;
- IV) Relação dos sócios em condições de votar;
- V) Lista de votação;
- VI) Atas das seções eleitorais de votação e de apuração dos votos;
- VII) Exemplar da cédula única de votação;
- VIII) Cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contra-razões;
- IX) Comunicação oficial das decisões exaradas pela comissão eleitoral.

## CAPITULO IX

### DOS RECURSOS

Art. 94 - O prazo para interposição de recursos será de 05 (cinco) dias contados da data final da realização do pleito.

§1º - Os recursos poderão ser propostos, por qualquer associado em pleno gozo dos seus direitos sociais.

§2º - O recurso e os documentos de prova que lhe foram anexados serão apresentados em duas vias, contra recibo, pela comissão eleitoral e juntada as originais à primeira via do processo eleitoral. A segunda via do recurso e dos documentos que o acompanham serão entregues, também contra recibo, em 24 (vinte e quatro) horas, ao recorrido, que terá prazo de 5 (cinco) dias para oferecer contra-razões.

§3º - Findo o prazo estabelecido, recebidas ou não as contra-razões do recorrido, a comissão eleitoral decidirá antes do término do mandato vigente.

Art. 95 - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido e comunicado oficialmente ao Sindicato antes da posse.

§ 1º - Se o recurso versar sobre inelegibilidade de candidato eleito, o provimento não implicará na suspensão da posse dos demais, exceto se o número destes for inferior ao número previsto no artigo 72 deste Estatuto.

§ 2º - Versando sobre nulidade tornará sem efeito a posse da chapa vencedora, implicando a tomada das medidas prescritas pelo artigo 92 deste Estatuto, por parte do sistema diretivo a ser substituído.

## TÍTULO IV

### DA GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL



Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB/SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99915-9660 (whatsapp)  
mail: joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**  
SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

## CAPÍTULO I

### DO ORÇAMENTO

Art. 96 - O plano orçamentário anual elaborado pelo tesoureiro e aprovado pela Diretoria Administrativa definirá aplicação dos recursos disponíveis da entidade, visando à realização dos interesses da categoria e à sustentação de suas lutas.

Art. 97 - A previsão de receitas e despesas incluídas no plano orçamentário anual conterá obrigatoriamente as dotações específicas para o desenvolvimento das seguintes atividades permanentes:

- I) Campanha salarial e negociação coletiva;
- II) Defesa da liberdade e autonomia sindical;
- III) Divulgação das iniciativas do Sindicato;
- IV) Estruturação material da entidade;
- V) Utilização racional de seus recursos humanos;
- VI) Contribuição a entidades afinadas com os princípios e comprometidas com os objetivos deste Sindicato.

Art. 98 - A dotação específica para a viabilização da campanha salarial a negociação coletiva abrangerá as despesas pertinentes a:

- I) Realização de congressos, encontros, articulações, Regionais, interestaduais e nacionais;
- II) Custeio dos processos de informação da categoria e da opinião pública, mediante a utilização dos meios de comunicação próprios à abrangência da divulgação dos eventos programados.
- III) Locomoção e alimentação dos representantes da categoria que venham a participar dos eventos regularmente convocados no decorrer da campanha salarial e das atividades pertinentes à negociação coletiva;
- IV) Formação de fundos para propiciar a mobilização da categoria e a sustentação de suas lutas.

Art. 99 - A dotação específica pertinente à defesa da liberdade e autonomia sindicais abrangerá o conjunto de iniciativas articuladas junto a entidades e grupos sociais, com o objetivo de possibilitar a implantação de uma estrutura Sindical autônoma em relação ao Estado e as demais instituições.

Art. 100 - A dotação específica para a divulgação das iniciativas do Sindicato assegurará:

- I) A manutenção dos órgãos informativos editados pelo Sindicato;
- II) O desenvolvimento de vídeo linguagem e os demais recursos tecnológicos de comunicação e expressão;

Art. 101 - A dotação específica para estruturação material da entidade abrangerá conjunto de meios destinados a efetivar apoio direto ou indireto às deliberações e definições programáticas da categoria e de sistema Diretivo do Sindicato.



*Prof. Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (73) 3211-2458 / 99982-1113  
99916-9660 (whatsapp)  
e-mail: jr@hotm...  
21



Art. 102 - A dotação específica para a utilização racional dos recursos humanos, abrangerá as despesas pertinentes a valorização, treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais contratados pela entidade.

Art. 103 - A dotação específica para contribuições às entidades que visam a princípios e objetivos afins àqueles definidos neste Estatuto compreenderá as despesas relativas ao apoio material a todas as atividades apartidárias, no sentido de atingir finalidades de interesse determinado por este Sindicato.

Art. 104 - O plano orçamentário anual será aprovado pela Assembleia Geral, especificamente convocada para este fim.

§ 1º - O Plano orçamentário anual, após prevista neste artigo, será publicado, em resumo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral que o aprovou no órgão de imprensa oficial do Estado ou jornal de grande circulação ou em seu jornal e boletim;

§ 2º - As dotações orçamentárias que se apresentarem insuficientes para o atendimento das despesas, ou não incluídas nos orçamentos correntes, poderão ser ajustadas ao fluxo de gastos, mediante a abertura de créditos solicitada pela Diretoria à Assembleia Geral, cujos atos concessórios serão publicados até o último dia do exercício correspondente, obedecida a mesma sistemática prevista no parágrafo anterior;

§ 3º - Os créditos adicionais classificam-se em:

- I) Suplementares: os destinados a reforçar dotações alocadas no Plano orçamentário anual, e,
- II) Especiais: os destinados a incluir dotações no orçamento, a fim de fazer despesas para as quais não se tenha consignado crédito específico.

Art. 105 - Os balanços financeiros e patrimoniais serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral realizada nos termos do título III deste Estatuto.

## CAPÍTULO II

### DO PATRIMÔNIO

Art. 106 – O patrimônio da entidade constitui-se:

- I) Das contribuições previstas em lei a que se refere o Artigo 8 da Constituição inciso IV “in fine”;
- II) Das mensalidades dos associados, na conformidade deste Estatuto;
- III) Dos bens e valores adquiridos e das rendas produzidas pelos mesmos;
- IV) Dos direitos patrimoniais decorrentes da celebração de contratos;
- V) Das doações e dos legados;
- VI) Das multas e das outras rendas eventuais.



*Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
Email: joaquim-rufino@hotmail.com





**SINAF**

SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Art. 107 - Os bens móveis que constituem o patrimônio da entidade serão individuais e identificados através do meio próprio para possibilitar o controle de uso e conservação dos mesmos.

Parágrafo Único - O uso destes bens se limitará às atividades estabelecidas neste Estatuto.

Art. 108 - Para alienação, locação ou aquisição de bens imóveis, o Sindicato realizará avaliação prévia cuja execução ficará a cargo de organização legalmente habilitada pelo Sindicato para este fim.

Parágrafo Único - A venda de bem imóvel dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral da Categoria especialmente convocada para este fim, sendo plenamente proibida entre a data da eleição e a posse da nova Diretoria.

Art. 109 - Os dirigentes ou associados do Sindicato que produzirem dano patrimonial culposo ou doloso responderão civil e criminalmente pelo ato lesivo.

### CAPÍTULO III

#### DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

Art. 110 - A dissolução da entidade, bem com a destinação de seu patrimônio, somente poderá ser decidida em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cuja instalação dependerá do quórum de  $\frac{3}{4}$  (três quarto) dos associados quite e desde que a proposta de dissolução seja aprovada, por voto direto e secreto, por 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados quites presentes.

### TÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 111 - Eventuais alterações do presente Estatuto, no todo ou em parte, poderão ser procedidas através da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim esse fim específico, após seu registro e arquivamento junto ao órgão competente e concomitante a sua publicação.

### TÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 112 - Entrando em vigor esse instrumento legal, ficam automaticamente designados para comporem em caráter excepcional e provisório a Diretoria do Sindicato dos Auditores e Fiscais do Município de Aracaju (SINAF/AJU) os atuais componentes da Diretoria da ASFAM - Associação dos Servidores do Fisco do município de Aracaju, com o término dos mandatos em 16/08/1992, com a responsabilidade principal de conduzirem a instalação de processo eletivo para a Diretoria do Sindicato.



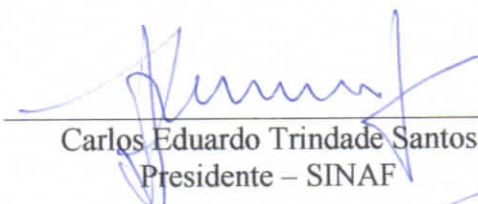
*Joaquim Rufino*  
Bel. Joaquim Rufino  
Advogado - OAB-SE nº 2281  
Fones: (79) 3211-2458 / 99982-1113  
99915-9660 (whatsapp)  
e-mail: joaquim-rufino@hotmail.com

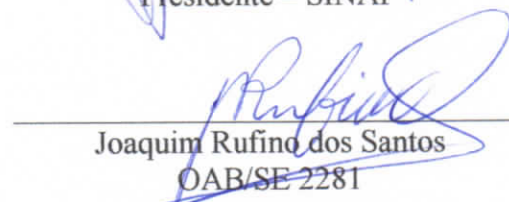
**SINAF**SINDICATO DOS AUDITORES  
E FISCALIS DE TRIBUTOS  
DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Art. 113 – Fica determinado até o dia 31/10/1992, para a eleição da primeira Diretoria do Sindicato, tomando posse imediata dos eleitos respeitados os prazos legais para recursos, de acordo com as determinações deste Estatuto, com o mandato até 31/12/1994.

Art. 114 – Serão elegíveis todos os servidores do grupo ocupacional Fisco; que se tornaram associados do Sindicato; na data da fundação.

Aracaju, 08 de maio de 2017.

  
Carlos Eduardo Trindade Santos  
Presidente – SINAF

  
Joaquim Rufino dos Santos  
OAB/SE 2281

